

35º Encontro Anual da Anpocs

GT03 - Conflitos Ambientais, terra e território: estratégias

de resistência e construção de direitos

**TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO EM CABROBÓ: PRODUÇÕES
DE SENTIDO EM CONTEXTO SITUACIONAL**

Maria Helena Costa Carvalho de Araújo Lima

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A transposição de águas do Rio São Francisco, proposta pela primeira vez no início do século XIX, é um foco antigo de debates políticos, sociais e acadêmicos que veio novamente à tona no governo de FHC. Com a crise do Apagão, em 2001, a ideia foi engavetada, mas em 2004 foi retomada, dando início a uma série de manifestações favoráveis e contrárias. Com a transposição, o Governo Federal promete resolver o problema da seca até 2025 e dar um impulso econômico ao Nordeste através da retirada de cerca de 1,4% da vazão do rio para abastecer os sertões de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, além do agreste de Pernambuco e Paraíba. Para isso, é prevista uma estrutura de 622 km de canais, 27 aquedutos (canais suspensos), oito túneis, nove estações de bombeamento, 30 barragens, 36 reservatórios de pequeno porte e duas pequenas centrais hidrelétricas, tudo dividido em dois sistemas: Eixo Norte e Eixo Leste.

Este plano é denunciado por uma série de movimentos sociais, comunidades tradicionais, acadêmicos e organizações de base da igreja católica, que se articularam em torno das demandas de cancelamento do projeto e sua substituição por uma ampla revitalização do Rio São Francisco, que atenda às populações ribeirinhas. Para as áreas expostas à estiagem, defendem a priorização do abastecimento de água para o consumo humano e para a pequena produção através de alternativas mais baratas e passíveis de difusão por todo o semi-árido, como adutoras e cisternas.

O presente artigo é resultado de minha dissertação de mestrado¹, que teve por objetivo analisar construções de sentidos sobre a transposição do Rio São Francisco, levando em consideração a existência de dois níveis de articulação discursiva distintos: 1- o político-institucional, em que um polo favorável e um polo contrário ao projeto constroem sentidos em disputa declarada; 2- o das relações interpessoais em Cabrobó, local de onde parte a tomada de águas do Eixo Norte da transposição. A construção do corpus envolveu duas etapas: pesquisa documental com materiais de agentes sociais do polo favorável (Lula e Ministério da Integração Nacional) e do polo contrário (Comissão Pastoral da Terra e Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco); entrevistas com cabroboenses que não estiveram diretamente envolvidos em movimentos favoráveis nem contrários à transposição. O corpus desta pesquisa, então, reuniu dois tipos de documento, tendo sido, necessário,

¹ Dissertação defendida em 2011 junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, sob o título “Disputas hegemônicas e contexto situacional: construções de sentidos sobre a transposição do Rio São Francisco”. A pesquisa foi realizada com financiamento do CNPq.

portanto, realizar dois procedimentos distintos para identificar esses mundos de objetos. O corpus documental desta pesquisa foi formado pelo recorte de dois agentes do polo favorável à transposição e dois agentes do polo contrário a ela². Os documentos foram: 1. Sete pronunciamentos do ex-presidente Lula em 2007, na caravana de lançamento do PAC, e sete pronunciamentos feitos em 2009, na caravana pelas obras no Rio São Francisco; 2. Documentos do Ministério da Integração Nacional (MI), órgão encarregado das questões mais gerais da transposição, responsável pela maior parte das políticas de comunicação. Esses documentos forma o Relatório de Impacto Ambiental (2004) e 8 matérias de texto sobre a caravana de 2009 e 6 peças televisivas, veiculadas no canal TV MI. Quanto ao polo contrário, o corpus reuniu documentos de dois agentes distintos: 1. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), com apresentação de Conflito de uso das águas na Bacia do Rio São Francisco, encaminhada ao CBHSF pelo Fórum Permanente de Defesa da Bacia do São Francisco (2004), Plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio São Francisco (2004) e Revista CBHSF (2007). 2. Comissão Pastoral da Terra (CPT), com artigos publicados na página eletrônica (www.cptnac.com.br) e sete edições do jornal “Pastoral da Terra”, dos anos de 2007 e 2009.

Quanto aos entrevistados, procurei conversar com indivíduos envolvidos em diferentes atividades cotidianas, de maneira a ter acesso a diferentes experiências no caso da transposição. Foram realizadas 10 entrevistas, todas com moradores da área urbana de Cabrobó, sendo três produtores rurais (Osório, Evandro e Silvio), dois trabalhadores envolvidos com atividades de comércio e serviços (Túlio e Marisa), duas donas de casa (Anita e Diana), um ex-trabalhador da roça (Afonso), um trabalhador empregado na transposição (Rogério) e um ex-trabalhador das obras (Horácio). Também foram importantes os registros de conversas menos estruturadas com um diretor da cooperativa dos agropecuários de Cabrobó (Fernando), outro ex-trabalhador da transposição (Marcos) e uma aposentada (Quitéria)³.

² Trabalho com a ideia de polos apesar de saber que os agentes sociais favoráveis às obras não são homogêneos entre si, bem como não o são os agentes contrários. A noção de polos é utilizada para tratar o posicionamento desses agentes em uma disputa política que se tornou polarizada, especialmente em 2007 (ano de início das obras).

³ Todos os nomes de entrevistados e informantes adicionais aqui referidos são fictícios, como forma de resguardar suas identidades.

Em ambos os casos, foi feita análise de discurso de cunho bakhtiniano, buscando identificar os conteúdos recorrentes nos discursos e os temas em torno dos quais esses discursos se organizavam⁴. Para estabelecer os temas e conteúdos, tanto no caso dos documentos quanto no das entrevistas, comecei por uma leitura livre dos documentos selecionados, localizando os conteúdos que apareciam em cada um e, traçando, em seguida, uma lista com os conteúdos recorrentes. Com esses conteúdos listados, realizei uma leitura dos documentos em busca das articulações feitas entre eles e estabelecendo como *tema* os conteúdos que, além de recorrentes, pareciam organizar os demais.

Para observar as aproximações e distanciamentos entre o nível político-institucional e o nível de interações interpessoais, foi feita uma análise de discurso cruzada em três etapas. Na primeira, analisei o corpus documental dos agentes do polo contrário e favorável; na segunda, repeti o procedimento com as entrevistas; na terceira fase, fiz uma análise cruzada dos documentos institucionais e entrevistas, tendo como intermédio o perfil situacional dos informantes, no qual e pelo qual ocorre a junção entre discursos gerais e locais. Dada a limitação de espaço, este artigo será focado nas duas últimas etapas, tratando apenas de alguns aspectos político-institucionais, resultantes da análise documental, a título de comparação. Para isso, cruzei os *temas e conteúdos* articulados nos discursos institucionais com a análise de entrevistas realizadas com moradores de Cabrobó, de forma a relacionar esses dois níveis de construção de sentidos sobre a transposição.

Devido ao formato das entrevistas, em que vários assuntos foram abordados e os informantes falaram livremente, os trechos observados para estabelecer os temas dos discursos foram aqueles que faziam referência à vida em Cabrobó, às mudanças no município e às demandas e perspectivas dentro dele. Assim, três temas foram identificados: *Auto-imagens, Necessidade e Desenvolvimento*. Enquanto isso, nos documentos analisados, foram identificados como temas: 1 - *Seca*, 2 - *Princípios políticos*, 3 - *Relação Obra-Necessidade*, 4 - *População*.

⁴ Bakhtin (2004: 45, 128-131) define de tema como a realidade contextual que dá origem ao signo, sendo importante chamar atenção para o fato de que, por “realidade contextual”, refiro-me não apenas aos aspectos materiais, mas também aos discursivos e conjunturais. Assim, chamo de temas os pontos que, apesar de também serem fruto de construções discursivas, como os conteúdos que lhes sustentam, erguem-se acima desses porque ganharam estabilidade discursiva e surgem de forma recorrente nas falas, servindo como pontos em torno dos quais os conteúdos são organizados nos enunciados.

Após um rápido panorama sobre Cabrobó, procuro mostrar como os discursos institucionais representam os locais receptores e doadores de água (Cabrobó entre eles) e, por outro lado, como a população local representa esses mesmos objetos e as diferentes ideias de necessidade a eles relacionada. Esclarecidos esses sentidos gerais a partir dos quais os entrevistados falam de Cabrobó, passo a analisar as leituras feitas pelos entrevistados sobre a polêmica da transposição, buscando compreender, a partir do que eles apontam como argumentos contrários e favoráveis às obras, as bases das avaliações que surgem nessas falas, tanto sobre os argumentos quanto sobre os atores a quem são atribuídos. Nesse ponto, ganham importância fundamental as abordagens e interações com agentes dos polos favorável e contrário na cidade, rememoradas pelos entrevistados.

2. CABROBÓ E CABROBOENSES

Localizado no Sertão do São Francisco (a 586 km de Recife), Cabrobó está à margem esquerda do Rio São Francisco e faz limite com a Bahia, ao sul (na margem direita do rio), com Terra Nova, ao norte, com Salgueiro e Belém do São Francisco, a leste e com Orocó e Parnamirim, a Oeste. Possui área de 1.666 km² com população de 30.883 habitantes, sendo que 35,85% destes são moradores da zona rural (IBGE, Censo 2010). Esse espaço, que a população local chama, genericamente, de roça, subdivide-se em duas áreas bastante distintas entre si: a área de sequeiro e as terras próximas ou à margem do Rio São Francisco.

A área sequeira, a mais extensa, é responsável pela maior parte da produção agrícola do município, apesar de possuir problemas de abastecimento hídrico e a maior parte das terras consideradas inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (área de 1969 ha em 214 propriedades, segundo o Censo Agropecuário 2006 do IBGE). O acesso a essas terras se dá por estradas de barro cobertas de pedregulhos, com longas distâncias entre uma casa e outra. Nas pequenas propriedades, a produção é, majoritariamente, de cebola e arroz, complementada, em geral, com milho, banana, melancia, feijão e tomate, além de criação de animais (bodes, ovelhas, porcos e galinhas). Nas grandes propriedades há produção agrícola, mas a maior atenção é dada à criação de gado e vacas leiteiras⁵. Os

⁵ O levantamento de Produção Agrícola Municipal 2009 (IBGE) apontou uma produção de 30.000t de cebola, 12.000t de arroz, 8.000t de melancia, 1.205t de milho, 1.500t de banana e 289t de feijão. Além disso, o Censo Agropecuário 2006 contabilizou um número de 19532 caprinos, 12439 bovinos, 15566 aves e 1947 suínos em Cabrobó.

grandes proprietários, em geral, não moram nas terras, e sim na área urbana da cidade, visitando a roça pelo menos uma vez por semana.

Por outro lado, as propriedades próximas ou à margem do Rio São Francisco têm não só uma paisagem privilegiada, mas um acesso constante à água que se dá através de bombas instaladas por cada fazendeiro para puxar o líquido para suas terras. Os fazendeiros constroem barreiros e realizam irrigação por gravidade. Dentre as terras banhadas pelo Velho Chico, a área mais fértil é a Ilha de Assunção, uma região de 5.769ha ligada ao bairro Beira Rio por uma única ponte, pela qual é feito o escoamento da produção agrícola (arroz, melancia). Em 1940 o povo indígena Truká reivindicou a retomada dessas terras (os primeiros registros sobre os Truká em Assunção constam do século XVIII) e a demarcação foi realizada em 1984. A população estimada na ilha é de 3.463 pessoas⁶.

Embora eu tenha conversado apenas com pessoas que moram na área urbana de Cabrobó, foi possível ter acesso ao que se passa na roça, porque boa parte deles já viveu e/ou trabalhou nessa área. Nesse município não há uma divisão rígida entre trabalhadores do campo e da cidade e parece comum que estes lidem com os dois tipos de atividade ao mesmo tempo ou alternadamente, a depender das oportunidades que surjam.

Na área urbana de Cabrobó, a maior parte da população trabalha no comércio que se concentra no Centro da cidade, havendo, ainda, uma boa quantidade de mercadinhos, lanchonetes, restaurantes e “lan houses” nos demais bairros. O número de pessoas que trabalha no setor industrial é pequeno, já que atualmente existe apenas uma fábrica no município (beneficiamento do arroz). Um dos dias maior agitação na cidade é o sábado, quando comerciantes locais e das cidades vizinhas armam a feira da cidade ocupando aproximadamente seis ruas do Centro com os mais variados produtos, como verduras, grãos, roupas eletrônicos e acessórios. Outra feira importante na rotina de Cabrobó é a da cebola, que ocorre toda sexta-feira no mercado da Ceasa. Esta feira é fundamental para a economia da cidade, pois nela ocorre o escoamento de seu principal produto e o contato de produtores e compradores de outras cidades e estados. A cebola, produto tradicional em Cabrobó, é plantada e comercializada intensamente, mas várias pessoas afirmam que não é interessante viver dela, por se tratar de uma cultura muito oscilante, tanto pelos riscos relativos à produção em si (pragas, problemas climáticos), quanto pela variação

⁶Informações do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre etnicidade (Nepe/UFPE).

nos preços, pois, quando a concorrência aumenta (especialmente a de São Paulo), uma saca de 20 kg pode deixar de custar 40 reais e ser vendida por até 5 reais. A cebola em Cabrobó não é apenas um produto agrícola, é uma parte importante da tradição local, um produto que garantiu o sustento de gerações e com o qual a maior parte das pessoas já lidou. A produção da cebola é, portanto, uma alternativa sempre presente, mesmo que todos afirmem que ela é instável⁷.

As escolas na área rural são poucas e só atendem ao ensino fundamental I, de maneira que é necessário que muitos estudantes da roça desçam diariamente em paus-de-arara escolares, disponibilizados pela prefeitura. O ensino é considerado de boa qualidade pela população, mas é comum entre os grupos da classe média e alta enviar os filhos para cursar o ensino médio ou cursinho pré-vestibular em Recife ou Petrolina. Como na cidade há apenas uma extensão universitária (pedagogia/UPE), os que vão cursar o terceiro grau precisam deslocar-se, diariamente, em ônibus e vans, ou morar em uma das cidades do estado em que haja ensino superior (Belém do São Francisco, Petrolina e Recife).

3. TRANSPOSIÇÃO EM CABROBÓ

A transposição do Rio São Francisco fez de Cabrobó foco de atenção de movimentos sociais, governo Federal, governos estaduais e mídia. As obras levaram consigo movimentações de marchas, reuniões, greve de fome, acampamentos, pronunciamentos e palanques – sinais de uma polêmica que não diz respeito àquele município especificamente, mas o envolve de várias formas. Para pensar as repercussões da transposição em Cabrobó é preciso ir além do simples apontamento de prejudicados ou beneficiados, e compreender a situação concreta de gente que, mais que ganhar ou perder, faz interpretações e significa o mundo, os acontecimentos a sua volta. Essa leitura local que atribui sentidos à transposição não é feita com base nas “evidências” tomadas como óbvias por cada polo, e sim em um cotidiano no qual os significados sobre o

⁷ Na área rural de Cabrobó também ocorre uma produção de maconha, produto que, com quatro safras ao ano e lucro certo, atrai agricultores recrutados para plantá-lo. A colocação de Cabrobó entre os 13 municípios sertanejos do chamado Polígono da Maconha rendeu ao município o estigma de Cabrobonha, que os moradores da cidade repugnam e sobre o qual não costumam falar. Como há um desconforto em relação ao tema e ele não está diretamente ligado ao meu problema de pesquisa, não tratei da produção de maconha nas entrevistas. Mesmo assim, dois dos entrevistados abordaram o assunto para lembrar que a tradição agrícola de Cabrobó não é essa, e sim a produção de cebola e arroz.

município, as obras e as águas são compartilhados e modificados em contatos próximos, conversas na calçada e observações que em muito diferem do olhar técnico.

Ao falar dos impactos da obra para os locais doadores de água, tanto o polo favorável à transposição quanto o polo contrário a ela disputavam sentidos sobre o semi-árido e as formas de lidar com o fenômeno da estiagem. Na relação feita entre semi-árido e transposição, ocorre uma relação direta entre os conteúdos articulados em torno dos temas *Seca*, *População* e *Obra-Necessidade*. Tanto nos discursos que afirmam quanto nos que negam a necessidade de transpor águas do São Francisco, é feita uma caracterização específica de *População* e de *Seca* que embasam a caracterização do projeto.

No polo favorável à transposição, o discurso majoritário (encampado por Lula e assumido gradativamente pelo MI) é uma caracterização da transposição como “um copo d’água para quem tem sede”, ou seja, uma obra voltada para o consumo cotidiano de populações pobres. A população receptora de água, portanto, é retratada como vítima que precisa da transposição para usos cotidianos, como “beber, tomar banho e manter pequenas roças e pequenas criações”. Para os locais doadores, entre os quais se destaca Cabrobó, a necessidade é retratada em termos da degradação do rio, da falta de esgotamento sanitário e do desemprego. A partir de um colamento discursivo entre revitalização e transposição, esta é colocada como uma obra necessária também para os locais doadores, para os quais levaria qualidade de vida.

No caso do polo contrário, os discursos se revezam entre negar a necessidade da obra com uma argumentação de fartura e afirmar a necessidade de outras obras com uma argumentação de carência. Não é um discurso de fácil compreensão. As imagens de fartura trazidas para deslegitimar a necessidade da transposição, dizem respeito às populações com acesso às formas alternativas de captação e armazenamento de água através das quais surgem pequenos oásis verdes em meio à paisagem dominante, ressequida não por falta d’água simplesmente, mas por ausência de aparato material e técnico para lidar com ela. A produção com formas baratas e simples de captação e armazenamento d’água é o modelo defendido pelo polo contrário à transposição. Por outro lado, as imagens de escassez e o abandono (ribeirinhos em águas poluídas e populações difusas sem água) remetem às populações que vivem às margens de rios e açudes poluídos (onde a revitalização não existe ou é insuficiente), à distribuição falha de água em municípios ribeirinhos e às populações difusas, que não serão alcançadas pelas

obras. Nesse caso, as pessoas são tratadas como vítimas não da seca, mas da ausência ou inadequação de políticas públicas para lidar com a estiagem.

4. SENTIDOS LOCAIS: SEMI-ÁRIDO DESLOCADO

Foi justamente a respeito dessa caracterização dos locais doadores d'água e suas populações que surgiu a primeira distinção dos discursos dos entrevistados em relação aos discursos institucionais (de ambos os polos do debate). Seguindo uma literatura acadêmica sobre o espaço de minha pesquisa de campo e imbuída nas articulações discursivas feitas pelos grupos políticos favoráveis ou contrários à transposição, eu parti para campo com uma ideia “pronta” e, aparentemente, simples sobre Cabrobó como município ribeirinho localizado no semi-árido. Acontece, no entanto, que, como espaço sócio-geográfico da estiagem, o semi-árido não é nem um termo comum no cotidiano dessa população, nem uma realidade compartilhada pela maior parte dos informantes com os quais tive contato (todos moradores da área urbana da cidade). Assim, diferente do que ocorreu nos documentos institucionais, *semi-árido* não é uma categoria central na construção de sentidos realizada pelos entrevistados da pesquisa ao falar de si mesmos, da cidade e da transposição⁸.

Um ponto inesperado para quem parte dos apontamentos feitos no nível institucional sobre as falhas na distribuição de água em municípios ribeirinhos é que os moradores da área urbana do município não problematizam o abastecimento de água, muito embora quase todos os bairros tenham o fornecimento interrompido em pelo menos um turno do dia. Há uma diferenciação no abastecimento entre os bairros e o acesso a caixas e bombas d'água que faz com que, para alguns, a água falte raramente, enquanto outros, submetidos a um ou dois turnos por dia sem fornecimento, precisam estocar líquido em tonéis e baldes para o uso diário. Apesar disso, quando perguntados se há água suficiente para as atividades diárias, todos os informantes responderam que sim, sendo necessário insistir na pergunta para ouvir algo a respeito de

⁸ Para perceber e lidar com essa diferença entre os dois níveis de construção de sentidos, foi importante voltar aos princípios metodológicos do interacionismo simbólico, de que não é possível compreender a ação humana sem fazer referência às visões que a embasam momento a momento, ou seja, às interpretações feitas situacionalmente pelos atores a respeito de si mesmos, dos outros e dos demais objetos em questão. Para isso, é preciso adquirir conhecimentos de primeira mão sobre os objetos de estudo, procurando incorporar as conceituações dos atores estudados e, com elas, perceber, nas formas de significar determinados objetos, as suas formas de organização do mundo social (BLUMER, 1997:36-37; BECKER, 2007:29-30).

falhas nesse fornecimento. Afonso, por exemplo, mora em um bairro onde falta água toda tarde e, mesmo assim, considera que armazena só por ser “muito prevenido”. Faz isso numa caixa d’água não instalada, que fica na área de serviço de casa. Segundo ele, a água que chega é suficiente para suas necessidades e faltar água é comum na cidade inteira, mas costuma ouvir na rádio que os bairros onde mais falta são Sub-estação e Temperatura. Na hora de explicar essa questão, fica entre apontar o fato de serem bairros mais altos e a impressão de que em alguns bairros de gente “que pode” chega mais água, como no caso do Centro. Os informantes que lidam com a terra em propriedades próximas ao rio ou com açudes dentro de suas propriedades também se referem à estiagem com distanciamento. Os únicos que demonstraram preocupação mais direta com a estiagem foram Fernando, um dos diretores da cooperativa agropecuária de Cabrobó, e Sílvio, produtor rural cooperado.

Fernando - A gente não planta todo ano porque depende de São Pedro.

(...)

Lena - E, enfim, as fazendas, como é que fazem?

Fernando - Bom, nós temos as chuvas no início do ano.

Lena - Hum - rum

Fernando - Uns tem suas barragem, barreiros, e aí, começa a plantar quando sangra o açude ou quando enche. Mas a cebola é uma cultura de curto prazo, quatro meses cê já colhe ela, entre semear e colher.

Lena - Hum-rum

Fernando - Como o feijão também é rápido. Então estas culturas já são fáceis de plantar de acordo com as chuvas. Já nós temos as frutas nativas, no caso do umbu. Essa aí dá todo ano com a chuva, não precisa replantar, ela dá todo ano - como também temos as mangueiras e as goiabeiras.

Fernando afirma que na área de sequeiro não há produção de cebola durante o ano inteiro e que, havendo já muitos produtores de arroz, os agricultores da cooperativa buscaram outra alternativa a essas culturas tradicionais, que também se adequasse ao regime de chuvas do sertão⁹. Em uma assembléia de reestruturação da cooperativa, os produtores optaram por investir em frutas nativas como umbu, manga e goiaba. A cooperativa vem buscando, desde então, formas de escoar o produto a preços lucrativos e, paralelamente, tentando junto aos governos estadual e federal, implementar um sistema de beneficiamento, vendendo já as polpas de fruta prontas.

⁹ As propriedades dos cooperados têm extensão de, em média, 200 hectares, o que, afirma Fernando, “na área de sequeiro não é muita coisa não, porque sem água...”

O interessante é que, mesmo escolhendo um produto adequado para a situação local de disponibilidade de água, esses produtores não tomam como solução o modelo de captação de água através de cisternas, apresentado pelo polo contrário às obras como ideal para essas condições (visto que possibilita que a água dos barreiros dure mais e a produção continue no período de estiagem).

Lena - Vocês fazem captação de chuva? Cisterna, este tipo de coisa?

Fernando - Nosso município, ele é bem assistido com cisterna pra o consumo humano.

Lena - A implementação das cisternas, quem foi que veio?

Fernando - Elas são feitas geralmente através de programas do Governo Estadual. Mas tivemos um período aí, na criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, que é constituído de 80% de associações rurais e 20% de entidades civis e órgãos governamentais também, como prefeitura, câmara... Então lá, eles [os municípios] fazem a demanda das suas necessidades... Não tanto aqui em Cabrobó, veja, você vê, em outros municípios há uma demanda maior por cisterna. A gente aqui é muito pouco.

Lena - Porque a demanda não tem (sobreposição de fala) Fernando - Já tem o poço, o pessoal aqui ainda pede o poço, pede o poço...

Lena - Por quê?

Fernando - Algumas delas [das propriedades] têm água realmente, assim. É porque a questão do poço, ele pode ter água o ano todo e a cisterna não, só na época da chuva.

Lena - Mas o poço aqui não saliniza muito não?

Fernando - Em algumas regiões, concordo com você, uma das fazendas que eu tinha, coitado, até o bode não bebia não aquela água salgada no segundo semestre. É interessante, no primeiro, com as chuvas, ela não salinizava, impressionante, mas, no segundo semestre, quando a gente ia tirar água daquele poço, ela salinizava.

O único entrevistado que se mostrou mais animado com a ideia de cisternas foi Túlio, apesar de ainda apresentar uma falta de intimidade com a ferramenta que, segundo conta, foi construída em sua fazenda pelo Governo do Estado, há um ano.

Túlio - E também a gente tem captação de água, é... Da chuva, tem aqueles poço, né? Aqueles poços que fizeram cobertos.

Lena - Hum-rum

Túlio - Que o Governo do Estado faz, nós temos aquele também.

Lena - Cisterna?

Túlio - Cisterna.

Túlio, que foi procurado para a instalação da cisterna por um parente que trabalha na prefeitura, contou que elas foram colocadas em muitas outras terras e elogiou por isso o Governo do Estado. Desde essa instalação, garante ele, não houve falta d'água em sua propriedade e a água extra tem garantido que haja sempre água no açude para a irrigação, realizada em todos os 490 hectares através de uma moto-bomba movida a óleo (já que não dispõe de energia elétrica).

Sobre essas cisternas, porém, uma das pessoas com quem conversei denunciou, com o gravador desligado, que alguns agricultores que as receberam depois desfalcarem a ferramenta, vendendo as placas de zinco instaladas para fazer a captação de água. Essa prática parece mostrar que a importância das cisternas para um abastecimento autônomo não foi ainda totalmente compreendida – seja por falta de treinamento para os que a receberam, seja por algumas pessoas confiarem em outras formas de abastecimento (açudes ou carros-pipa, por exemplo)

Diante da questão do que esses produtores atingidos pela estiagem podem fazer diante da falta d'água, a maior parte dos entrevistados apontou a solicitação de carros-pipa, mesmo os que percebem as falhas nesse sistema. Todos apontaram a prefeitura como fornecedora de carros-pipa, havendo, ainda, referência ao fornecimento por parte do exército¹⁰.

Dois dos entrevistados, ao falar sobre os carros-pipa afirmaram que eles nem sempre são fornecidos gratuitamente, podendo haver cobrança financeira indevida ou necessidade de apadrinhamento político. Apesar da importância citada por muitos de arranjos políticos para garantir os carros-pipa, Fernando afirma que esse não é um ponto de reivindicação dos produtores na cooperativa.

Fernando - Não sei se já são atendidos pelo próprio governo, se não sabe que talvez tenha essa condição, que a gente podia até fazer parceria, né? Mas eles não demonstraram essa preocupação. Ou seja, claro, se chegasse esta demanda pra gente, a gente poderia correr atrás, pra dizer assim, se movimentar, mas não chegou nada de demanda pra nós em relação a essa parte, a isso.

¹⁰ É interessante perceber como a presença do exército em Cabrobó, significada pelo polo contrário como repressiva (já que publicizada no momento em que manifestantes acampavam no canteiro de obras), é hoje tomada pela população como responsável por ajudar produtores locais. Isso faz pensar sobre a maneira como se dá sua relação com os moradores da cidade, visto que o fornecimento de água em locais sem abastecimento cria fortes laços de dependência e gratidão.

Embora, no que diz respeito aos beneficiários das obras, haja alguma correspondência entre as falas dos informantes e a argumentação de “água para quem tem sede”, trabalhada pelo polo favorável à transposição, o mesmo não se dá com a atribuição de sentidos à transposição para Cabrobó. Se, por um lado, Sílvio e Fernando apontam a necessidade de melhorar o fornecimento de água na área de sequeiro, os demais informantes pouco falaram na questão e, em geral, tomaram os carros-pipa como alternativa dada ou as adutoras como soluções simples, em vias de implementação. De qualquer forma há, entre todos eles, uma concepção de soluções aparentemente simples para o abastecimento, ligados à retirada de água do rio, desconsiderando a necessidade de outorga e o limite de vazão.

Torna-se compreensível, então, que, ao falar da própria vida e trabalho, os informantes da área urbana e que produzem com acesso ao rio ou açudes não tenham feito referência a conteúdos relacionados à estiagem ou usado termos como semi-árido e seca. Ocorre um afastamento em relação à ideia de semi-árido, referido como algo que não está diretamente ligado às suas vidas. Na livre-associação, alguns demonstraram dificuldade em fazer comentários sobre o termo (o que, em partes, pode ser atribuído à pouca familiaridade com a palavra em si) e outros até procuram negar sua inserção nesse espaço, delimitado pela ideia de quentura e estiagem. Visto que os problemas centrais apontados em Cabrobó não estão relacionados à estiagem, a significação a respeito da transposição ocorre a partir de dois eixos distintos: de um lado, as ideias sobre a necessidade ou não das obras para os que são imaginados como beneficiários e, de outro lado, as mudanças percebidas no próprio município.

5. LUGAR DAS OBRAS, LUGAR DA POLÊMICA

Quando Cabrobó foi definido como local de captação das águas do Eixo Norte da transposição, a primeira movimentação que começou na cidade por causa disso não foi de engenheiros, trabalhadores e máquinas, e sim de políticos em palanques que a anunciavam e, por outro lado, de manifestantes que a denunciavam.

Entre 26 de setembro e 5 de outubro de 2005, o bispo de Barra (BA), Dom frei Luiz Flávio Cappio, realizou um protesto político-religioso de “jejum e oração” (a chamada greve de fome) em Cabrobó, na capela São Sebastião, a cerca de 3 km da sede do município. No dia 4 de outubro (dia de São Francisco e aniversário do bispo), uma manifestação de apoio ao bispo na luta contra a transposição interrompeu, durante duas

horas, o trânsito da estrada que liga Petrolina a Cabrobó. Nesse período de efervescência, a polêmica começou a envolver mais de perto pessoas da cidade e houve movimentação no Centro de Cabrobó, começando com protestos contra a transposição que logo foram respondidos com manifestações favoráveis às obras, encabeçadas pela Associação dos Lojistas da cidade. Sílvio contou-me que, entre outras ações, duas chamaram mais atenção: 1- a confecção de camisas com a palavra NÃO e com a palavra SIM, usadas por pessoas contrárias e favoráveis à transposição, respectivamente; 2- abordagem dos manifestantes, no Centro, para pintar carros e vitrines de lojas com o “sim” ou o “não”. Diana contou, ainda, que, na escola, debates e protestos foram organizados com o objetivo de barrar a transposição.

Passada essa primeira fase de protestos, Cabrobó voltou a receber agentes dos dois polos da disputa, em 2007. Em 15 de junho, o ministro da Integração, Geddel Vieira, visitou o marco zero das obras, acompanhado por políticos dos estados favoráveis às obras, como o governador pernambucano, Eduardo Campos. Entre 26 de junho e 4 de julho, cerca de 1.500 manifestantes contrários à transposição acamparam no mesmo canteiro de obras, onde foram visitados por Cappio. Ao mesmo tempo, políticos e movimentos sociais favoráveis à realização da obra faziam reuniões e manifestações, recebendo o apoio de toda a grande mídia pernambucana. Em 16 de outubro de 2009, Lula fez uma caravana pelas obras da transposição e visitou o canteiro de obras de Cabrobó, onde discursou para os trabalhadores, moradores da cidade e pessoas que lá foram para vê-lo. Em seguida, visitou a Vila Produtiva Rural Junco, construída para a população relocada, e fez o sorteio das primeiras casas a serem entregues.

A transposição, portanto, tornou-se foco de atenção na cidade de duas maneiras distintas: por um lado, a partir do anúncio, feito pelo então presidente e reforçado pelo prefeito a respeito dos empregos a serem gerados e dos benefícios a serem recebidos pelo município; por outro lado, a partir das discordâncias em torno do projeto, que ganharam dimensões consideráveis em Cabrobó nos períodos acima descritos.

Nas entrevistas, porém, as falas sobre a transposição não faziam referências a essa polêmica, sendo necessário, para isso, que eu perguntasse o que as outras pessoas comentavam antes do início das obras, quem fora em Cabrobó falar sobre a transposição, se algo de ruim ocorrera ou poderia ocorrer por causa dela, etc. A partir dessas questões, a existência de discordâncias em relação às obras foi sendo relatada em termos de fatos ocorridos na cidade. Procurei estimular os informantes a explicar quais seriam as razões

dos atores apontados como contrários para se posicionarem de tal maneira e o que o próprio entrevistado pensava a respeito de tais razões. Os argumentos favoráveis às obras, por outro lado, apareceram, em geral, já nas avaliações sobre os impactos positivos da transposição na cidade. Um dos pontos importantes que surgiram dessas questões foi que apenas um dos dez entrevistados (Evandro) afirmou ter a mídia como fonte prioritária de informações. Para os demais, a principal forma de adquirir conhecimento sobre o assunto e ficar a par do andamento das obras é a troca de informações face a face, seja com vizinhos e conhecidos, seja com trabalhadores e responsáveis pelas obras, seja ouvindo a opinião de pessoas “de mais leitura”.

Um dos pontos sentidos nas entrevistas foi uma dificuldade dos entrevistados para tratar das questões técnicas ou dos debates políticos a esse respeito, expressa tanto em tentativas de evitar o tema quanto em demonstrações de um descrédito de si mesmos como informantes sobre o tema. A esse afastamento está ligada, ainda, uma sensação de impossibilidade de interferência.

Lena - É... Qual foi tua sensação depois de assistir o discurso de Lula?

Túlio - Eu fui mais por curiosidade. É... Eu sinto que esse canal vai tá... Eu acho que não tem mais... Eu acho que é irreversível. Vai sair muito caro se parar isso aí.

Lena - Sei.

Túlio - Agora já tá muito bem adiantado, né?

Se, por um lado, o afastamento criado pela linguagem técnica parece gerar uma aceitação de que não é possível interferir no projeto ou de que ele já está bem embasado, por outro lado, esse afastamento parece gerar também uma desconfiança relacionada à sensação de não-pertença e de não-esclarecimento.

Lena - Porque ele [Cappio] é contra a transposição?

Marisa - Porque ele queria primeiro a revitalização do rio.

Lena - E o que é que tu acha disso?

Marisa - Não, que é importante é, né? Mas, como já tinha o projeto feito há muito tempo, então eles sabiam o que tavam fazendo também, né? Não iam, não seriam irresponsáveis de fazer um canal desses sem pensar no futuro, né?

Anita - (...) pra melhor dizer, eu nem entendo bem dessa parte, só porque o pessoal fazia uma pressão, aí, num sei o que, uns era a favor, outros era contra... E ficava naquilo e procurava... Aí sempre diiiiizem que eles explicava a maneira que não ia faltar, que isso, que aquilo, que não se

preocupaaaasse... Mas ... é ... a gente via se falar, porque , eu não gosto de me aprofundar nessas coisa assim...

Entre o afastamento em relação às questões técnicas e a desconfiança a respeito delas, é possível perceber que o saber dos especialistas não é foco de interesse dos atores entrevistados. Questionados sobre como a água seria transposta, alguns afirmaram não saber e outros tentaram explicar, mas todos, em um ou mais momentos, apontaram que a forma mais segura de obter informações é visitar o canteiro de obras e conversar com os trabalhadores. Percebe-se, então, que, embora a maior parte dos informantes não se sinta suficientemente informada ou capaz de julgar a transposição de uma maneira geral, a maior parte deles também não pensa que seja necessário buscar documentos oficiais, autoridades ou mídia para saber sobre ela.

Esse caso mostra que, como argumenta Becker (2006), nem sempre os atores sociais se submetem a sistemas peritos, cujo poder consiste no monopólio (real, argumentado ou imaginado) do conhecimento a respeito de algum campo de atividade. Quando a distância entre o tipo de informação desejada por um indivíduo e o tipo de informação disponibilizado por especialistas profissionais é muito grande, estes não são sequer considerados como fonte confiável de informação. O que define quem serão os especialistas a ser consultados nem sempre é uma hierarquia de saber técnico, podendo ser um conhecimento sobre quem possui as informações desejadas e pode ser acessado. É nesse sentido que parece estabelecer-se a importância dos trabalhadores como informantes preferidos, pois, além de verem as obras com os próprios olhos, estão acessíveis e falam a mesma língua que a população.

Lena - É... O senhor sabe me dizer, assim, como é que a água vai ser levada?

Osório - Sei não, ainda não fui lá não

Lena - Ainda não foi lá...

Osório - Você tá bom de ir lá e visitar

Quando falam da polêmica em torno da transposição, as fontes de informação através das quais os informantes têm acesso a argumentos favoráveis às obras são variadas (trabalhadores, vizinhos, grande mídia, discursos de Lula). As fontes de informação sobre a oposição ao projeto, porém, não ficam claras a princípio. Era quando

eu começava a perguntar sobre as conversas na cidade que ficava perceptível que é nos diálogos com pessoas conhecidas que as dúvidas são colocadas e debatidas.

Lena - Você costuma conversar sobre isso com os funcionários, com vizinhança (sobreposição de fala) Túlio - Sim, sim.

Lena - Como é que vocês conversam, qual é mais ou menos o tom dessa conversa?

Túlio - É sobre é, é... O medo que muitas pessoas têm, né? Porque eu gosto de ver os dois lados, né?

Lena: - com quem é que tu se informava?

Diana - Pelos professor, por pessoas, televisão era muito difícil. Mas era tudo assim, a gente ia... Teve uma época que veio até, assim, um padre pra cá, fazer um movimento também. A gente se informava mais assim.

(...)

Diana - (...) Mas converso com as pessoas e às vezes a gente vai mais de perto. Aqui não, mas a gente vai passando em alguns lugares que tem pessoas trabalhando e eles comenta.

Parte da avaliação feita pelos entrevistados a respeito dos argumentos surgidos na polêmica decorre da avaliação a respeito dos grupos aos quais esses argumentos são atribuídos. Assim, em uma interação na qual um argumento sobre a transposição seja discutido, ganha importância não apenas a coerência e clareza do argumento em si, mas também motivação que cada interlocutor tem, a interpretação que faz sobre o outro (e sua motivação) e, ainda, a interpretação de cada um sobre os atores e grupos que parecem alinhados com tal abordagem (STRAUSS, 1999:63-65). Essa complexidade está envolvida sempre que se tenta compreender uma situação não-convencional e os atos de determinados atores em tal situação.

Para facilitar a compreensão desses procedimentos avaliativos na fala dos entrevistados, tratarei separadamente o aparecimento de argumentos do polo contrário e do polo favorável, procurando esclarecer como se relacionam entre si, a que atores (e motivos) são atribuídos e como são articulados discursivamente pelos entrevistados.

5.1 Leituras dos discursos contrários à transposição

A existência de oposição às obras foi relatada por todos os entrevistados, que a atribuíram a um ou mais dos seguintes fatores: 1- preocupação com os recursos hídricos

(redução no nível das águas do rio); 2- ambientalismo (preocupação com a degradação do rio); 3- coisa de índio; 4- religiosidade.

É importante lembrar que um dos pontos em torno dos quais o polo contrário à transposição se articulou foi a denúncia do atual estado de degradação do Rio São Francisco, a partir da qual surgiu a demanda pelo cancelamento da transposição e pela realização de uma revitalização autônoma (guiada pelo CBHSF e pelas populações ribeirinhas). Ao falar das demandas ambientais, no entanto, os entrevistados afirmam que a exigência dos que protestavam não era o cancelamento da transposição, mas tão-somente a realização, antes dela, da revitalização, que em geral é reduzida a afirmações mais ou menos dispersas sobre a necessidade de “limpar o rio”.

Marisa - Eles queriam que primeiro fizesse a re... é... Como é que eles dizem? É o rio, não era? Pra limpar o rio primeiro, pra depoooois fazer a transposição, (Pausa e baixa de tom) mas...

Lena - É... Me conta um pouquinho melhor desta história do padre. Como é que foi por aqui?

Marisa - Muito movimento aqui, viu? Ele... Arranjou logo, teve apoio aqui de algumas pessoas, ficou hospedado numa fazenda. E esta fazenda, menino, foi muita gente de fora que veio de vários estado pra ver o que estava acontecendo em Cabrobó, porque ele fez... Ele ficou sem comer, sem beber água, sem nada, pra poder... As autoridades, né? Como diz, assim, pra as autoridades ficarem comovidos com aquilo ali, porque ele era, porque ele é contra a transposição. Aí tentou todo tipo de movimento, mas...

O único entrevistado a fazer a relação e apresentar mais claramente o que é a degradação do rio (assoreamento, desmatamento de matas ciliares, despejo de esgoto, poluição por atividades produtivas) foi Túlio:

Lena – Foi? E como é que foi isso?

Túlio - Ele tentava esclarecer, né? Da agressão que... A gente gosta de ouvir as duas partes, né?

Lena – Então. Porque tu tava me contando um pouquinho do que Lula falou. Qual era o argumento desse outro lado?

Túlio - Que é prejudicial demais.

Lena - A quem?

Túlio - Ao Rio São Francisco e à população ribeirinha, tá entendendo? A agressão, sobre a agressão que um diz que não vai agredir tanto e o outro diz que vai agredir demais, tá entendendo? Tem as duas... E a gente vai, só o tempo é que vai... Né?

A maior parte das falas sobre a importância de cuidar do rio não foram relacionadas à realização ou cancelamento da transposição. Uma questão importante para essa desvinculação é que, embora agentes do polo contrário às obras tenham ido a Cabrobó diversas vezes, a maior parte dos informativos distribuídos e que ficaram na cidade posteriormente não diz respeito à transposição.

Essa foi a leitura feita por Marisa e Diana a respeito do bispo de Barra (BA), Dom frei Luiz Flávio Cappio, muitas vezes apontado nas entrevistas como alguém que não era contra a transposição, apenas queria que, antes dela, houvesse uma revitalização. A trajetória de Cappio junto à CPT e às populações ribeirinhas, porém, fez dele um dos maiores opositores da transposição, com críticas aos grandes negócios e defesa de uma priorização absoluta dos pobres e de uma revitalização ampla e independente da transposição – projeto condenado como grande negócio voltado para os empresários. A presença de Cappio em Cabrobó e a atenção gerada pelo jejum e pelas missas que ele celebrava diariamente atraíram não apenas militantes anti-transposição, como também pessoas com motivações religiosas¹¹. Por esta razão, Sílvio afirma, em alguns momentos, que a oposição à obras era apenas uma questão de religiosidade.

Sílvio - Índios... Alguns que sabiam o objetivo da obra... E... Mas já outros também fazendo movimento contrário (a essas pessoas), como a CDL, que é a associação de lojistas, lá pintando carro, “nós somos favoráável”

Sílvio - Então nós tivemos, assim, a cidade, no início, dividida. E até camisas com “sim” e camisas com “não” (risos).

Lena - É... E esse pessoal que pintava o “não”, qual era a demanda? Qual era o questionamento em relação à obra?

Sílvio - Muito interessante: não justificavam! Era “não” porque era contrário, porque veio um bispo, questão de religiosidade. É... Alegavam isso. Às vezes até política, por ser contrário à política de quem tava implantando a transposição.

O elemento religioso de fato esteve presente na disputa, gerando, inclusive, uma “troca de farpas” entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e os movimentos de base derivados da Teologia da Libertação (Comissão Pastoral da Terra, Comissão Pastoral da Pesca e Conselho Indigenista Missionário). Enquanto Cappio tornou-se ícone deste último grupo, o bispo Dom Aldo Pagotto, da Paraíba, exerceu papel semelhante na

¹¹ A prática religiosa casada com discurso político-ambiental já fora realizada antes por Cappio. Na peregrinação pela trilha do São Francisco, entre 1992 e 93, Cappio e seus companheiros levaram consigo uma imagem do São Francisco Peregrino e, além das reuniões e encontros, realizaram centenas de celebrações (com direito a canto e oração), bênção de animais, plantas e sementes.

defesa das obras. A simbologia utilizada por Pagotto, a um só tempo cristã e sertaneja, era uma cruz feita de latas, remetendo à imagem, muito utilizada por Lula, de pessoas carregando latas d'água na cabeça. Além deles, vale destaque para Geddel, que criticou Cappio sempre reafirmando ser cristão, e Lula, que apelou para a caridade cristã como legitimação de uma política de Estado ao afirmar, no lançamento do PAC, no Ceará, que “quem é cristão, não nega um copo d'água ao seu irmão nordestino”.

Diante dos alertas sobre o limite de vazão e da redução do nível das águas do rio (que já vem ocorrendo desde a construção das primeiras barragens e a intensificação do desmatamento nas margens), o polo contrário acabou encontrando reforço em uma imagem forte no imaginário sertanejo, de que o rio um dia pode secar ou, na fala de Padre Cícero, virar cacimba, como me explicou Quitéria:

Quitéria – (virar cacimba) quer dizer que ele não ia ter força de vir pras encanações, pras casa. Ele dizia isso: “o Rio São Francisco ainda vai dar cacimba”. Aí todo mundo tava assombrado. Mas até hoje, graças a Deus, nós temos água nas torneira, só que muita gente sofre falta d'água aqui. A gente tem água bem cedinho, faz o café, quando é de 8, 9 horas, falta água nas torneira. Aí fica, fica e só na hora de botar o almoço tem água de novo.

Lena – Tinha mais alguma coisa? Quem é que falava que era contra ou que tinha medo da transposição? O que mais é que era dito?

Quitéria – Não, não, não, só tinha aquela história do Padre Cícero, que era... O pessoal mais velho sempre dizia: “palavra de Padre Cícero não se joga no chão”.

Esse episódio é especialmente interessante quando se leva em consideração que há uma forte presença do elemento religioso na significação da seca pela população sertaneja¹². Por outro lado, Evandro e Marisa partilham uma impressão do Velho Chico como imenso o suficiente para que a água transposta não faça falta, bem como de um desperdício na água que ele joga no mar – como propagandeado pelo polo favorável.

Independentemente de crerem ou não na possibilidade de morte do rio, os que já têm problemas com o abastecimento de água e/ou sentem os impactos no rio mais diretamente (impossibilidade de navegá-lo pela diminuição do nível das águas e redução do número e variedade de peixes, por exemplo), demonstram um temor mais acentuado em relação aos impactos da transposição.

¹² Sobre esse tópico, ver Gomes (1998).

Anita - Eu não entendo [da transposição]. A única coisa que eu... É... Faz é preocupar futuramente a gente ficar sem água

Lena- Por quê?

Anita- Sei lá, porque, assim, quando é no mês... Final do ano, as água baixa muito. Aí, se já baixa muito, aí tirando... Aí eu tenho medo de chegar a faltar pra nós aqui. Porque a água, a água baixa, aí depois... É... tirando pra vários lugar... Aí eu tenho medo de faltar pra nós...

Afonso - Eu acredito que quando eles coisar essa água pra lá, vai diminuir um pouco, mas não vai acabar de tudo não. Não é possível que Deus vá fazer isso, né? Acho que não. Não acaba não. Fica pouca, né? Porque a água tá pouca. Quem viu essa água, do jeito que era o rio, pra ver agora... É um riacho!

Ponto importante na argumentação da CPT contra a transposição são os prejuízos que as obras acarretam para os povos indígenas – preocupação reforçada pela ligação entre a CPT, a Comissão Pastoral da Pesca (CPP) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Os índios Truká, moradores da Ilha de Assunção, colocaram-se contra a transposição por duas razões principais. A primeira é que parte da área desapropriada pelo governo para a realização das obras faz parte da área requerida por eles no processo de demarcação de terras realizado pela Funai. A segunda é a interferência em áreas por eles consideradas sagradas¹³. Guiados por esta preocupação com o rio, os grupos indígenas mobilizaram-se junto ao polo opositor às obras e estiveram presentes em peso nas principais manifestações, como o jejum de Cappio, em 2005, e os acampamentos contra as obras, em 2007. Depois que primeiro acampamento, liderado pela Articulação São Francisco Vivo, foi dispersado, os Truká realizaram outro, também na fazenda Mãe Rosa. Este, porém, não foi noticiado na grande mídia.

Essa articulação, porém, não mobilizou a população não-indígena de Cabrobó, o que pode ser explicado pela especificidade da relação dos povos indígenas ribeirinhos com os impactos dos grandes projetos hídricos e pelo isolamento vivido por esse grupo em relação a grande parte da população do município. A separação entre os Truká e a população de fora da ilha ficou bastante marcada nas conversas informais com entrevistados e pessoas da cidade, das quais ouvi variadas acusações - a maior parte relacionada à exclusividade indígena na Ilha de Assunção. Questiona-se a demarcação de terras, as indenizações (consideradas irrisórias) concedidas aos que foram de lá tirados e

¹³ Os Truká, como se pode ver, participaram de outra dinâmica de produção de sentidos sobre as obras, que pode ser bem observada em Monteiro (2008).

a legitimidade da identidade indígena dos Truká. “Imagina que coisa você passar anos na sua terra e, de repente, ser expulso como se fosse um posseiro”, comentou uma das pessoas entrevistadas.

A proteção legal aos índios é questionada tanto pelo viés da “falsa identidade” quanto pela argumentação recorrente de que os indígenas usariam essa proteção para praticar “todo tipo de crime”. Um dos entrevistados, como quem dá uma prova de que os Truká não seriam índios, comentou que tem um parente “do lado de lá”, que ganhou o direito de viver e produzir na ilha “só porque casou com uma deles”. Por fim, ouvi, ainda, que se esconderiam na ilha, aproveitando-se dessa proteção, até mesmo membros do Comando Vermelho (facção do crime organizado carioca).

Osório - Tem um pessoal aí também que diz ser índio, são os Truká. Não tem nenhum índio. Esse povo também era contra (a transposição), porque eles queria... [gesto remetendo a dinheiro]

Lena - Queriam ganhar em cima?

Osório - Acho que sim, né? Aí ficava, como é que se diz, não querendo aceitar. Mas depois chegou a todo um acordo e quem manda é o homem mesmo, é Lulinha, e passou mesmo

Lena - E além do bispo e dos Truká, tinha mais alguém que era contra?

Osório - Não, não

Esse isolamento dos Truká pode, em partes, explicar a pouca repercussão da construção do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco em Cabrobó, pois a mobilização feita na cidade só conseguiu levar para as plenárias representantes da prefeitura, dos Truká e do assentamento Jibóia (ANA, 2002). As discussões do comitê acabaram ficando restritas a esses grupos, mesmo quando focaram questões caras aos ribeirinhos, como o nível das águas, a limitação crescente à navegação e a redução do número e variedade de peixes.

No caso da CPT, cuja ação foi mais forte nos períodos do acampamento na Mãe Rosa e do primeiro jejum de Cappio, as dificuldades se repetiram. O protesto do bispo transformou-se, em grande medida, numa discussão sobre a greve de fome ser ou não verdadeira; o acampamento na Mãe Rosa foi taxado como “movimento dos índios e sem-terra”. Ao receberem a ordem de reintegração de posse que os expulsava do canteiro de obras, os manifestantes seguiram justamente para o assentamento Jibóia (a 10 km da sede do município), que não é um local acessado pelos moradores de Cabrobó nem pela grande mídia, dificultando a divulgação das ações do movimento.

É possível perceber, ainda, que as mudanças no nível político-institucional nem sempre ganharam terreno em Cabrobó, pois, ao mesmo tempo em que peças eram movidas naquele nível, outras peças moviam-se em Cabrobó. Assim, se entre 2004 e 2007 os impactos ambientais eram minimizados pelo Governo Federal, esse mesmo período foi aquele em que as questões ambientais ganharam algum terreno em Cabrobó, com a presença de atores sociais pró-revitalização, a construção do CBHSF (ainda que com seu impacto limitado) e o jejum de Cappio, alardeando a possibilidade de morte do rio. Essa diversidade de elementos envolvidos em toda situação social e os diferentes níveis em que podem estar relacionados é o que, segundo Becker (s/d), confere a complexidade da pesquisa em ciências sociais.

5.2 Leitura dos discursos favoráveis à transposição

Os argumentos do polo favorável às obras, na maior parte das vezes identificados pelos falantes como argumentos por eles partilhados, também foram filtrados situacionalmente, sendo relacionados a quatro fatores, dois externos a Cabrobó (1- solidariedade com os beneficiários, 2- apoio a Lula) e dois internos (3- desenvolvimento, 4- geração de renda).

O argumento da transposição como solidariedade apareceu na fala de todos os entrevistados, mas muitos também apresentaram dúvidas sobre o objetivo social da obra, sobre o uso das águas transpostas e a possibilidade de elas influenciarem positivamente o abastecimento d'água na área sequeira de Cabrobó.

Por um lado, há uma crença no abastecimento humano, fundada em uma razão a mais que o discurso consolidado do polo favorável às obras. O argumento da solidariedade e a minimização dos riscos são reforçados em Cabrobó pelo fato de já haver uma experiência considerada bem sucedida de tomada d'água do São Francisco para outra localidade: uma adutora, construída em 1986, para levar água do Rio São Francisco a Salgueiro, Terra Nova, Parnamirim, Serrita e Verdejante. Por outro lado, diante da pergunta de quem receberia a água transposta, os entrevistados apresentam dúvidas sobre o caráter social da obra. A princípio, todos respondiam à questão remetendo a ideias básicas de locais que não têm água, em geral apontando estados beneficiados, mas, diante da minha insistência sobre que pessoas ou grupos dentro desses estados receberiam a água, muitos começaram a apresentar dúvidas, sobre o discurso do Governo Federal, de “água a quem tem sede”.

Lena - É... Tu sabe me dizer pra onde é que vai essa água?
Túlio - Heim? Essa água ele vai, ele vai, esse canal aqui, essa parte aqui, ele vai para o Ceará.
Lena - Hum-rum
Túlio - E dizem que é mais pra consumo, agora muita gente tá dizendo que vai... Aí tá a polêmica que vai ser pra os latifúndios, né? Grande latifúndio, coisa e tal. Aí só vendo. Uns diz uma coisa e outros diz outra, a gente tá, a gente fica... Não é?
(...)
Túlio - Que vai beneficiar o pequeno e outros diz que vai beneficiar mais o grande.
Lena- E o que é que tu acha?
Túlio - Eu acho que vai beneficiar os dois.
Lena - Hum-rum
Túlio - E sempre quem sai ganhando é os grande, né? Mas os dois vão ser beneficiado, eu acredito que sim.

Sílvio argumentou que os protestos que ocorriam antes da transposição não seriam uma estratégia inteligente porque, para que a água transposta fosse bem distribuída, primeiro era preciso haver transposição. Esse, portanto, seria o segundo passo, a ser realizado quando as obras terminassem. Com um pouco mais de insistência minha, ele falou que o primeiro passo, o objetivo inicial, era fornecer água para outros estados, água esta que o governo afirmava ser para o consumo humano e que ele cria em tal informação - afirmação que, por si só, demonstra algum nível de dúvida (ver apêndice AR). Diana, por sua vez, afirmou rapidamente que a água provavelmente não seria levada “pra quem realmente precisa”.

Lena - hum-rum... Aí essa água vai ser levada pra onde, assim?
Diana - É... Pra Rio Grande do Norte, parece, parte do Ceará, Piauí...
Lena - Hum-rum. É... Quem são as pessoas, assim, que tipo de gente que vai ser beneficiada com isso?
Diana - eu creio que pra os menor vai ser muito pouco, né? Porque o mundo hoje que a gente vê é dessa maneira.
Lena - Tu acha que vai ser mais pra quem?
Diana - Pra os grande
Lena - Os grandes, assim, que tipo de (sobreposição de fala) Diana - Assim, que tem empresa, essas coisas assim, né?
Lena - Hum-rum
Diana - Eu acho. Na minha concepção, não vai ser realmente pra quem tá precisando, pra aquela pessoa que tá lááá no centro da caatinga, ou até mesmo aquela pessoa do centro da cidade que bebe aquela água salobra. Vai ser... Pra isso acontecer vai ser muito difícil, eu creio que vai ser mais pra empresa, alguma coisa assim.

Vale lembrar que o discurso da seca em si é contraditório, misturando em si idéias distintas sobre necessidade e soluções. Na polêmica sobre a transposição, os cabroboenses tiveram acesso a discursos diversos e, por mais que haja claramente um discurso dominante com maior capacidade de mobilizar os meios de divulgação, os discursos que se contrapunham a ele (e foram em parte por ele absorvidos) também aparecem nas falas dos entrevistados. O discurso dominante sobre a transposição em Cabrobó é o do Governo Federal, reforçado por quase toda a grande mídia e pelo prefeito Eudes Caldas. A abordagem do prefeito pôde ser conferida em setembro de 2010, na inauguração da Adutora da Tapera, um evento de inauguração da prefeitura transformado em comício político às vésperas das eleições nacionais e estaduais. Após os discursos de vereadores locais, quase todos reforçando a chapa Dilma-Eduardo, o prefeito iniciou seu discurso sobre a construção de adutoras e terminou falando das eleições, tendo afirmado, em defesa de Dilma, que “votar contra Lula, hoje, é votar contra si mesmo”.

O discurso de Lula sobre a transposição, sempre voltado para cenas cotidianas de falta d’água, oscila entre apontá-la como obra que garantirá o abastecimento humano e a pequena produção, ou apontá-la como grande obra voltada para o desenvolvimento econômico da região, ressaltando essa grandiosidade com números e dados de encher os olhos. Foi este segundo ponto que os entrevistados enfatizaram ao falar da transposição em Cabrobó. O foco no desenvolvimento, em detrimento do abastecimento d’água, pode ser compreendido pela maneira como os informantes articulam conteúdos em torno do tema “*Auto-Imagens*”. Assim como Cabrobó não é significado como semi-árido, a população cabroboense também não significa a si mesma como carente de água e de condições básicas de vida. Em vez disso, reconhece-se como população de uma cidade de interior em processo de desenvolvimento.

Anita - (...) em tudo existe uma diferença, uma modificação. Antes era uma cidade violenta, hoje é uma cidade que a gente... Reina a paz, graças a deus. O crescimento desenvolveu mais do que qualquer uma outra cidade vizinha. Igual tenha desenvolvido aqui em Cabrobó, não conheço. Isso aí já é uma grande coisa, né?

Esse desenvolvimento é, em grande medida, atribuído pelos entrevistados à transposição, pela movimentação econômica que gerou (terras compradas, casas alugadas, lojas cheias, novos estabelecimentos comerciais abertos, fluxo de visitantes aumentado), pelos empregos que trouxe e pelas mudanças que acabou acarretando na

cidade. Cabrobó parece estar sempre em obras; para onde quer que se olhe é possível ver casas sendo levantadas, reformas sendo realizadas, ruas sendo calçadas. Duas construções de maior porte foram realizadas pelo poder público em 2010: a adutora da Tapera, e a praça Prefeito João Freire Carvalho, realizada com recursos federais¹⁴. Além disso, verbas municipais foram direcionadas a obras de urbanização, como a construção do pátio da feira e do portal de entrada da cidade.

Os moradores da cidade, por sua vez, têm investido tanto em construção de novas casas (para moradia ou aluguel) quanto na reforma de suas residências. Além disso, nas proximidades das instalações da firma¹⁵, é grande o número de chácaras sendo construídas por famílias cabroboenses, com o objetivo de servir como locais de lazer. A centralidade do conteúdo *desenvolvimento* é o principal ponto que liga os dois níveis de construção de sentidos sobre a transposição, bem como o colamento ideológico entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social - este colocado como consequência daquele. O encantamento, presente nas falas, em relação ao canteiro de obras e às instalações construídas para o batalhão de engenharia se instalar e ao alojamento da firma pode ser mais bem compreendido como entusiasmo com as grandes obras, às quais é atribuído o desenvolvimento da cidade.

Apesar da distância do canteiro de obras em relação à sede do município (cerca de 25km), esse espetáculo foi visto e contado por muitos moradores (além dos que lá trabalharam), pois visitar o local tornou-se parte das atrações da cidade, tanto para quem a visita quanto para quem nela habita. Realizei esse “passeio” pelas obras seguindo a orientação das pessoas da cidade: passar no Batalhão de Engenharia do Exército, pedir permissão, assinar um documento e seguir. Não avisei previamente que iria nem me identifiquei como pesquisadora. O soldado que me recebeu na porta do batalhão pediu que entrasse e esperasse, chamou o tenente responsável do dia que, de maneira solícita, ofereceu-se para apresentar o projeto da transposição a partir de uma maquete em um espaço destinado para tal. A explicação dada a respeito das obras começou técnica e, aos poucos, foi sendo levada, pelo próprio tenente, às demais questões. Nas paredes em torno

¹⁴ A aplicação de verbas do Ministério da Cultura na construção de uma praça pública (obra de caráter municipal) é, obviamente, mais uma das benesses concedidas pelo Governo Federal à prefeitura de Cabrobó devido à transposição.

¹⁵ O Consórcio Construtor Águas do São Francisco, responsável pela execução de parte do trecho I das obras (Cabrobó ao açude Atalho, depois de Salgueiro), é formado pelas empresas Carioca Cristiane-Nilsen, Serveng e S.A. Paulista, em geral referidas como “a firma” ou “a Carioca” ou “a Paulista”

da maquete há conjuntos de fotografias em molduras de vidro, representando etapas da atuação do batalhão de engenharia do exército no local. O primeiro deles é emblemático: traz, lado a lado, duas fotos que representam, como disse o tenente, “o começo de tudo”. De um lado, a foto da primeira máquina utilizada no canteiro de obras, de outro, uma foto do acampamento contra a transposição, que ele apontou como “o bispo” e “a invasão”. O restante das fotos mostra diferentes etapas da construção do canal e visitas especiais recebidas no batalhão, com destaque para Lula e Eduardo Campos, além de vários grupos de escolas e universidades. Finalizando a apresentação, o tenente aconselhou: “podem tirar foto à vontade, aproveitem. É um momento histórico, único. Uma obra polêmica, mas...” Nesta pausa após o “mas”, encerrou-se a sua fala. Este discurso da técnica e da superação de desafios para a realização das obras, feito pelo exército, está presente de uma maneira muito concreta para os cabroboenses, pois uma visita como essa foi experienciada por muitos moradores de Cabrobó, que a ela se referiram tanto em entrevistas quanto em conversas informais.

Visualizando o cenário das obras, é relativamente fácil encher os olhos com sua grandeza, com a imensidão de um projeto que vai de Cabrobó ao Ceará, com o surgimento de um canal gigantesco que, nas palavras de Lula, deverá ser visto do espaço, como as muralhas da China. Parte dessa admiração está relacionada, ainda, ao próprio espetáculo da intervenção: quilômetros de pedras dinamitadas, grandes máquinas em operação, estruturas gigantescas. Diante desse quadro e da associação, recorrente no Brasil, entre grandes obras e grandes benefícios, é compreensível que a transposição seja assim classificada. E, se existem dúvidas a respeito dos benefícios prometidos para a população dos locais receptores de água, uma certeza é compartilhada entre os cabroboenses: como local doador de água, a cidade ganha em geração de renda – seja pelos empregos criados com a obra, seja pelo incremento do comércio devido à circulação de pessoas na cidade¹⁶.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que a transposição gerou renda e empregos em Cabrobó, porém, a maneira como os *conteúdos* do tema *Desenvolvimento* são articulados com esse fato não

¹⁶ Para se ter uma idéia, o Censo 2000 apontou uma população de 26.741 habitantes em Cabrobó. Em 2007 (ano de início das obras), esse número crescera para 28.851 pessoas e, em 2010, já alcançou 30.883 habitantes

está dada a priori, pois é a partir do contexto situacional do informante que essas relações são tecidas. Assim, enquanto Marisa se entusiasma com o desenvolvimento do comércio, abertura de restaurantes e aposta que os alojamentos construídos para os trabalhadores das obras ficarão para a prefeitura, Horácio acredita que o lucro trazido para o comércio e com os aluguéis já terminou quando as pessoas de fora da cidade foram embora com as obras. Osório, ainda que mais otimista em relação aos ganhos com a transposição, também avalia, que, quando as obras terminarem, o que ficará será a vocação do município para a agricultura. Afonso e Anita acreditam que os empregos vão embora com as obras e que o ideal seria garanti-los instalando fábricas na cidade.

Rogério, sendo um funcionário que seguiu com as obras, mantém o otimismo e acredita que todos os que queriam trabalhar nas obras conseguiram e que, para continuar no emprego, basta exercer bem a função, pois “só não conseguiu quem não quis mesmo, quem não quer nada com a vida, mas quem quer, conseguiu”. De maneira oposta coloca-se Marcos que, dispensado em junho, num corte de pessoal que demitiu 600 pessoas, avalia a transposição como uma experiência frustrante. Primeiramente, afirmou ter sido necessário humilhar-se para o encarregado da seleção para conseguir uma vaga de peão; em seguida, contou que, ao conseguir o emprego, teve a sensação (semelhante à de Rogério) de que estava garantido e tomou um empréstimo de R\$2.000 no banco. Quando demitido repentinamente no corte de pessoal que ocorreu em 2010, esperou 4 meses para receber o benefício da rescisão de contrato e o valor foi automaticamente retido pelo banco, como pagamento pelo empréstimo. Devido à demora do pagamento e à demissão, que considerou inaceitável, abriu um processo contra a firma que o contratara, mas acredita que não receberá nada porque “as firmas pagam aos advogados mais do que eles iam receber em cima das causas da gente, aí eles não correm atrás”. Desiludido com o emprego perdido e a lentidão da justiça, tentou novo emprego em outra das firmas responsáveis pela transposição. “Disseram que não podiam me fichar [contratar] porque eu tinha colocado a outra [firma] no pau [processo judicial]. Agora, nem uma coisa nem outra. E eu, fico como?”, questiona.

Diante de tantas avaliações distintas, vão se quebrando as caracterizações, difundidas por cada um dos polos, de uma população plenamente satisfeita ou devastada pela transposição. Fica claro, ao observar as avaliações feitas pelos informantes sobre argumentos de um polo e outro, que há, no geral, reconhecimento de argumentos dos dois lados e, também, questionamento ou dúvida sobre ambos. De um lado, o polo contrário

às obras não conseguiu mobilizar a população da cidade, tendo eco temporário apenas em 2005, com a questão do nível das águas, tomada com temor e, posteriormente, minimizada. De outro lado, o polo favorável às obras, embora tenha parte de seus discursos apropriados pela população, não foi capaz de convencer plenamente os cabroboenses sobre o suposto objetivo social da obra, tampouco sobre a “revolução” a ser causada na cidade por causa dela.

Os entrevistados apresentam dúvidas em relação aos usos sociais da água a ser transposta e sabem que não houve consenso em relação ao projeto, mas, hoje, deslegitimam ou minimizam o peso da oposição referindo-se a ela como algo que passou. De fato, em Cabrobó, ao menos na área urbana, já não há quem afirme ser contra a transposição. Isso não significa que os argumentos do polo contrário tenham sido todos negados pela população, mas que, diante de questões práticas e cotidianas, tais argumentos não estão mais na ordem do dia.

O consentimento dos informantes não diz tanto respeito à transposição como projeto, mas ao fato concreto e imediato da construção do canal em Cabrobó, ou seja, à realização de uma grande obra na cidade e às suas vantagens imediatas. Os empregos, o fluxo de pessoas e o desenvolvimento, questões que os entrevistados tomam como importantes e em torno dos quais assumem um tom avaliativo, são conteúdos que passíveis de articulação em torno de qualquer grande obra, e, portanto, não dizem respeito à transposição em si.

Trata-se, portanto, de atores sociais que, diante de uma profusão de sentidos sobre o mesmo objeto, afastam-se das questões que parecem secundárias, evitando problematizá-las, em uma atitude que, segundo Strauss (1999:40-44,53), é nossa primeira forma de apreensão e ação no mundo, visto que a problematização de determinados objetos só ocorre quando as designações superficiais ou apressadas tornam-se insuficientes para basear nossas ações. Dessa maneira, é nas questões que parecem lhes atingir diretamente, trazendo desafios para suas ações, que os entrevistados focam atenção, apresentando demandas e avaliações. Afastam-se, assim, da caracterização feita tanto pelo polo favorável quanto pelo polo contrário às obras a respeito dessa população atingida como vítima resignada da seca ou do governo, sempre à espera de uma ajuda ou de uma ilusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail (2004). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 11ª edição. Tradução de Michel Lahud Yara Frateschi. São Paulo, Hucitec.

BECKER, Howard (2006). “The Lay Referral System: The Problem of Professional Power” in **Knowledge, Work and Society**, v4, pp. 65–76.

_____ (2007). **Segredos e truques da pesquisa**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro, Zahar.

_____ (s/d). “Interaction: Some Ideas” Disponível em: <http://home.earthlink.net/~hsbecker/articles.html> Acessado em janeiro de 2011

BLUMER, Herbert (1997). **Symbolic Interacionism – perspective and method**. California, University of California Press.

CAPPIO, Luís Flávio; et al (1995). **Rio São Francisco - Uma caminhada entre vida e morte**. Petrópolis, Vozes

GOMES, Alfredo Macedo (1998). **Imaginário social da seca – suas implicações para a mudança social**. Recife, Massangana.

MONTEIRO, Eliana de Barros (2008). **Os Truká (PE), ‘grandes projetos’ e o sentido da territorialidade no exercício da cidadania indígena contemporânea**. Recife, Pós-graduação em Antropologia, UFPE.

Documentos:

ANA - AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS (2002). **Relatório – Programa de mobilização para formação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**

ARTICULAÇÃO POPULAR SÃO FRANCISCO VIVO (2009). **Manifesto em defesa das águas, da terra e do povo do Nordeste**. Disponível em <http://www.saofranciscovivo.com.br/node/430> Acessado em fevereiro de 2010

CBHSF (2004). **Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**. Salvador, CBHSF Disponível em http://www.saofrancisco.cbh.gov.br/_docs/planos/PlanoDecenaldeRecursosHidricos.pdf Acessado em março de 2009

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (2009) **Relatório de denúncia: povos indígenas impactados com a transposição do Rio São Francisco**. Disponível em http://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/1241549933_relatapoinmetransp.pdf Acessado em maio de 2009

FÓRUM PERMANENTE EM DEFESA DO SÃO FRANCISCO (2004). **Conflito de uso das águas da Bacia do Rio São Francisco**. Disponível em: www.cbhsaofrancisco.org.br/ Acessado em maio de 2010.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (2004). **Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)**. Brasília, MI
Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco: www.cbhsaofrancisco.org.br/

Referências eletrônicas

Comissão Pastoral da Terra: <http://www.cptnacional.org.br/>

Discursos do presidente Lula: www.info.planalto.gov.br

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: www.ibge.gov.br

Projeto São Francisco (Governo Federal): www.integracao.gov.br/saofrancisco/

TV MI: www.integracao.gov.br/tvmi/

Revistas

REVISTA CBHSF. Salvador, CBHSF: 2007

PASTORAL DA TERRA. CPT: 2007a. ano 32, n186

PASTORAL DA TERRA. CPT: 2007b ano 32, n188

PASTORAL DA TERRA. CPT: 2007c ano 32, n189

PASTORAL DA TERRA. CPT: 2007d ano 32, n190

PASTORAL DA TERRA. CPT: 2009a ano 34, n196

PASTORAL DA TERRA. CPT: 2009b ano 34, n197

PASTORAL DA TERRA. CPT: 2009c ano 34, n198